

STF anuncia calendário de julgamentos para o 1º semestre de 2021

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal, divulgou nesta quinta-feira (17/12) o calendário de julgamentos das 37 sessões plenárias previstas para o primeiro semestre do ano que vem. A pauta deu prioridade a julgamentos que tratam da concretização das liberdades civis e econômicas.

Fotos Públicas



O ministro Luiz Fux, presidente do STF, divulgou o calendário do ano que vem
Fotos Públicas

Entre os temas pautados estão o direito ao esquecimento, o direito de resposta em periódicos jornalísticos, a comercialização de bebidas alcólicas em rodovias e em estádios, a regulamentação de jogos de azar, as restrições resultantes da propriedade intelectual e as cotas de produções nacionais nos empreendimentos audiovisuais.

Além disso, também foram programados julgamentos relacionados à publicidade infantil e à integração do Rio São Francisco. Fux, porém, deixou claro que os casos relacionados à epidemia da Covid-19 terão prioridade.

Um julgamento que deverá causar controvérsia no ano que vem é o que vai decidir a forma como se dará o depoimento do presidente da República no âmbito do Inquérito 4831, marcado para fevereiro.

Confira a lista dos principais julgamentos do primeiro semestre de 2021:

Fevereiro

RE 1.010.606 — **Direito ao esquecimento** (3/2) — Com repercussão geral reconhecida, o tema do RE diz respeito a familiares da vítima de um crime praticado nos anos 1950 que questionam sua utilização em programa televisivo. Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADI 1.945 — **Tributação sobre software** (4/2) — A ação aponta inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Estadual 7.098/1998 de Mato Grosso, que consolida normas referentes ao ICMS, por bitributação e invasão da competência municipal. Relatora: Ministra Cármen Lúcia.

ADI 5.659 — **Tributação sobre software** (4/2) — A ação questiona o Decreto Estadual 46.877/2015 de Minas Gerais e outros diplomas legais. Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADI 5.469 — **ICMS** (4/2) — Ação ajuizada contra as cláusulas do Convênio ICMS 93/2015 do

Conselho Nacional de Política Fazendária, que tratam dos procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada. Relator: Ministro Dias Toffoli.

RE 1.287.019 — **ICMS (4/2)** — RE contra decisão do TJDFT, que entendeu que a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS, acrescentado à Constituição Federal pela Emenda Constitucional 87/2015, não está condicionada à regulamentação de lei complementar. Relator: Ministro Marco Aurélio.
ADIs 4.017 e 4.103 — **Bebidas alcoólicas em rodovias (10/2)** — Ações questionam constitucionalidade de norma que proíbe venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Relator: Ministro Luiz Fux.

ADI 5.549 — **Transporte terrestre coletivo (11/2)** — Ação contra dispositivo da Lei 12.996/2014 que alterou a Lei 10.233/2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Relator: Ministro Luiz Fux.

ADI 6.270 — **Transporte terrestre (11/2)** — Ação aborda a validade de normas que permitem o oferecimento de serviços interestaduais de transporte terrestre coletivo de passageiros sem procedimento licitatório prévio, mediante simples autorização. Relator: Ministro Luiz Fux.

Inq 4.831 — **Oitiva de presidente da República (24/2)** — Trata do depoimento do presidente da República para esclarecimento de fatos investigados no Inquérito. Relator: Ministro Alexandre de Moraes.

Março

RE 627.432 — **Liberdade econômica e artística (3/3)** — Discute a constitucionalidade da chamada "cota de tela", relativa à norma sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros por determinados períodos. Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADI 5.664 — **Gestão pública (3/3)** — Questiona leis complementares do Estado do Espírito Santo que autorizam a contratação temporária de pessoal pelo Poder Executivo para empregos na área da saúde, sob o argumento de que a medida é necessária para atender a necessidades urgentes e excepcionais. Relator: Ministro Marco Aurélio.

ADI 2.135 — **Gestão pública (4/3)** — Ação pede declaração de inconstitucionalidade de dispositivo da Emenda Constitucional (EC) 19/1998 que suprimia da Constituição Federal a obrigação de que os entes federados instituíssem o Regime Jurídico Único (RJU) e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Relatora: Ministra Cármen Lúcia.
ADIs 5.436, 5.418 e 5.415 — **Direito de Resposta (10/3)** — Ações abordam dispositivos da Lei 13.188/2015 (Lei do Direito de Resposta). Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADI 5.667 — **Código Brasileiro de Aeronáutica (11/3)** — Ação questiona dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica sobre acesso a informações de acidentes. Relator: Ministro Nunes Marques.

RE 979.962 — **Importação de medicamentos (17/3)** — Discute a constitucionalidade da pena prevista no artigo 273 do Código Penal (10 a 15 anos de reclusão) para as pessoas que importam medicamento sem registro sanitário. A matéria tem repercussão geral reconhecida. Relator: Ministro Roberto Barroso.

ADI 6.281 — **Propaganda eleitoral paga (17/3)** — Ação contra restrições impostas pela Lei 9.504/1997 – Lei das Eleições – à veiculação de propaganda eleitoral paga em jornais impressos. Relator: Ministro Luiz Fux.

ADI 5.941 — **Medidas coercitivas (18/3)** — Discussão sobre a constitucionalidade da apreensão a Carteira Nacional de Habilitação e/ou a suspensão do direito de dirigir, da apreensão de passaporte e da proibição de participação em concurso público e em licitação pública como medidas para assegurar o

cumprimento de ordem judicial. Relator: Ministro Luiz Fux.

ADI 5.631 — **Publicidade infantil** (24/3) — Discute a constitucionalidade da Lei Estadual 13.582/2016 da Bahia, que proíbe a publicidade dirigida a crianças, de alimentos e bebidas pobres em nutrientes e com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio. Relator: Ministro Edson Fachin.

ADI 4.924 — **Telecomunicações** (25/3) — A ação tem por objeto a Lei Estadual 17.107/2012 do Paraná, que prevê penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres (trote telefônico). Relator: Ministro Gilmar Mendes.

Abril

RE 966.177 — **Jogos de azar** (7/4) — O julgamento aborda a tipicidade das condutas de estabelecer e explorar jogos de azar, afastada pelo acórdão recorrido fundado nos preceitos da livre iniciativa e das liberdades fundamentais. O tema foi considerado de repercussão geral em novembro de 2016. Relator: Ministro Luiz Fux.

ADI 5.439 — **ICMS em operações interestaduais** (7/4) — A ação refere-se procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade da federação. Relatora: Ministra Cármen Lúcia.

ADI 4.858 — **ICMS incidente sobre mercadorias importadas** (7/4) — Ajuizado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o caso questiona a redução das alíquotas interestaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre mercadorias importadas. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski

ADI 4.844 — **Gestão Pública** (8/4) — Julgamento sobre dispositivos da Constituição estadual de Minas Gerais que tratam da fixação do quadro de emprego das empresas públicas e sociedades de economia mista. Relatora: Ministra Cármen Lúcia.

ADC 51 — **Controle de dados por provedores de internet** (14/4) — A Ação Declaratória de Constitucionalidade discute o controle de dados de usuários por provedores de internet no exterior como exposto em Acordo de Assistência Judiciário-Penal firmado entre o Brasil e os Estados Unidos. Relator: Ministro Gilmar Mendes.

ADI 5.625 — **Novas relações de trabalho** (15/4) — Essa norma dispõe sobre o contrato de parceria entre profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Relator: Ministro Edson Fachin.

RE 887.671 — **Separação dos Poderes** (22/4) — Com repercussão geral reconhecida, o Supremo decide se o Poder Judiciário pode determinar à Administração Pública o preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas. Relator: Ministro Marco Aurélio.

RE 688.267 — **Dispensa de empregados de estatais** (28/4) — Processo que trata da dispensa de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público. O caso teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo. Relator: Ministro Alexandre de Moraes.

Mai

ADIs 5.492 e 5.737 — **CPC** (5/5) — Ações ajuizadas pelo estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal contra dispositivos da Lei Federal 13.105/2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil. Relator: Ministro Dias Toffoli.

RE 598.650 — **Competência da Justiça Federal para ação rescisória** (5/5) — O Supremo julga

recurso com repercussão geral em que se discute a amplitude da competência da Justiça Federal para julgar ações rescisórias de interesse da União. Relator: Ministro Marco Aurélio.

ADI 5.779 — **Comercialização dos anorexígenos** (12/5) — Julgamento de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol. Relator: Ministro Nunes Marques.

ADPF 219 — **Cálculo em processos em a União é ré** (12/5) — A Presidência da República questiona decisões proferidas pelos Juizados Especiais Federais que impõem à União o dever de apurar ou indicar, nos processos em que figure como ré ou executada, o valor devido à parte autora. Relator: Ministro Marco Aurélio.

RE 1.188.352 — **Edição de fases de processo licitatório** (13/5) — o Supremo reconheceu a existência de repercussão geral no processo onde se discute a competência legislativa para editar normas sobre a ordem de fases de processo licitatório. Relator: Ministro Luiz Fux.

ADI 3.481 — **Comercialização de testes psicológicos** (19/5) — Ação que questiona dispositivos de resolução do Conselho Federal de Psicologia que restringem a profissionais inscritos na entidade a comercialização e o uso de manuais de testes psicológicos. Relator: Ministro Alexandre de Moraes.

RE 1.008.166 — **Direito à creche** (19/5) — O recurso discute o dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade. Relator: Ministro Luiz Fux.

ACO 1.003 — **Integração do rio São Francisco** (20/5) — Ação Popular contra o projeto de integração do rio São Francisco para o semi-árido nordestino com requerimento para a imediata paralisação da implementação. Relator: Ministro Edson Fachin.

ADI 5.529 — **Lei de Propriedade Industrial** (26/5) — Ação questiona dispositivo que possibilita a abertura de prazo indeterminado para a vigência de patentes de invenção e de modelos de utilidade. Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADI 4.234 — **Patente “pipeline”** (26/5) — O Supremo julga a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei da Propriedade Industrial brasileira que tratam das patentes “pipeline”, também conhecidas como patentes de revalidação, mecanismo que visa conceder patente a produtos que não eram patenteáveis antes da lei de 1996 e que já estavam no domínio público brasileiro. Relatora: Ministra Cármen Lúcia

Junho

ADI 3.973 — **ICMS em conta de energia** (2/6) — Contesta o Convênio ICMS 60/07, que autoriza os estados da Bahia e de Rondônia a conceder isenção de ICMS na parcela da tarifa de energia elétrica subsidiada pelo governo. Relator: Ministro Luiz Fux.

RE 1.209.429 — **Liberdade de imprensa** (9/6) — Com repercussão geral reconhecida, o RE trata da responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido pela polícia, em situação de tumulto, durante cobertura jornalística. Relator: Ministro Marco Aurélio.

ADPF 221 — **Regulação de produtos agrotóxicos** (10/6) — Questiona legislação do Rio Grande do Sul sobre o cadastramento, a distribuição e a comercialização de produtos agrotóxicos e biocidas no território estadual. Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADC 45 — **Lei de Licitações** (16/6) — Ação pede declaração de constitucionalidade dos dispositivos da Lei de Licitações que permitem a contratação de advogados por entes públicos pela modalidade de inexigibilidade de licitação. Relator: Ministro Roberto Barroso.

REs 610.523 e 656.558 — **Serviços jurídicos** (16/6) — Recursos sobre a possibilidade de dispensa de licitação para contratação de serviços jurídicos por entes públicos. Relator: Ministro Dias Toffoli.

ADPF 323 — **Acordo coletivo de trabalho** (17/6) — Discussão se cláusulas normativas dos acordos

coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho ou se somente podem ser modificados ou suprimidos por meio de novo acordo ou convenção coletiva. Relator: Ministro Gilmar Mendes.

ADPF 381 — **Acordo coletivo de trabalho** (17/6) — Questionamento de decisões que declararam inválidos dispositivos de convenções coletivas pactuadas entre transportadoras e motoristas, bem como condenaram empregadores ao pagamento de horas extras e de horas trabalhadas em dias de descanso, em situações ocorridas antes da vigência da Lei nº 12.619/2012, que disciplinou os direitos e deveres dos motoristas profissionais. Relator: Ministro Gilmar Mendes.

ARE 1.121.633 — **Norma coletiva de trabalho** (17/6) — Aborda validade da norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado pela Constituição Federal Relator: Ministro Gilmar Mendes.

ADI 5.186 — **CPC** (23/6) — Ação contesta o parágrafo 5º do artigo 739-A do Código de Processo Civil (CPC), introduzido pela Lei 11.382/2006, que trata dos embargos à execução. Relatora: Ministra Cármen Lúcia.

ADI 5.870 — **Reforma Trabalhista** (30/6) — Contesta dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterados em decorrência da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e, posteriormente, pela edição da Medida Provisória (MP) 808/2017. Relator: Ministro Gilmar Mendes.

ADI 6.050 — **Reforma Trabalhista** (30/6) — Ação tem por objeto as novas regras da CLT relativas às reparações de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho. Relator: Ministro Gilmar Mendes.

ADIs 6.069 e 6.082 — **Reforma Trabalhista** (30/6) — Ações questionam alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 na Consolidação das Leis do Trabalho referentes à reparação por danos morais decorrentes da relação de trabalho. Relator: Ministro Gilmar Mendes.

Com informações da assessoria de imprensa do STF.

Date Created

17/12/2020